

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

ÂNGELA MARIA DIAS NOGUEIRA SOUZA*
ROBSON SÁVIO REIS SOUZA**

Resumo: O presente artigo faz uma breve análise sobre as novas demandas que passam a configurar o papel da escola, notadamente em comunidades violentas, discutindo a questão por meio de um estudo de caso e apontando que não se deve ratificar um preconceito do senso comum que afirma serem os jovens um problema. Os jovens das periferias violentas das grandes cidades brasileiras enfrentam muitos desafios que os impedem de exercer sua cidadania; portanto, a função das políticas públicas, incluindo a escola pública, é auxiliá-los para que eles possam vencer os obstáculos e usufruir plenamente dos seus direitos de cidadãos.

Palavras-chave: violência e criminalidade; escola e violência; políticas públicas de prevenção à criminalidade; delinquência juvenil.

Abstract: This article makes a brief analysis of these new demands that now configure themselves as a role of the schools, especially in violent communities, discussing the issue by means of a case study and pointing out that the common sense prejudice that identifies young people as the problem can not be sustained. In fact, the youth from the violent peripheries of the Brazilian cities face many challenges that hinder them from exercising their citizenship; therefore,

*Pedagoga (UFMG). Especialista em Políticas Públicas para a Juventude (PUC Minas). Supervisora metodológica do programa *Fica Vivo!* da Superintendência de Prevenção à Criminalidade, da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

**Filósofo (PUC Minas). Especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (UFMG) e em Teoria e Prática da Comunicação Social (USF/SP). Mestre em Administração Pública – Gestão de Políticas Sociais (EG/FJP). Pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (UFMG). Professor (PUC Minas). Coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (PUC Minas). Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos (Proex/PUC Minas).

the function of the public policies, including public schools, is to help them so they can overcome these obstacles and fully enjoy their rights as citizens.

Keywords: violence and criminality; school and violence; public policies of crime prevention; juvenile delinquency.

¹ Estamos nos referindo aos crimes violentos, de acordo com a seguinte classificação: homicídio, homicídio tentado, estupro, roubo, roubo a mão armada, roubo de veículos, roubo de veículos a mão armada e sequestro. Especificamente, estamos preocupados com o impacto do aumento dos homicídios, principalmente na faixa etária entre 14 e 29 anos.

² Há que se destacar, também, como nos apresenta Soares (2004), que o Brasil tem taxas significativas de outras formas de violências: a violência doméstica e de gênero, os crimes de racismo e a homofobia. Esses tipos de violência são pouco denunciados, portanto, menos registrados pelos órgãos oficiais e, por isso, menos conhecidos.

³ Pesquisa disponível em www.crisp.ufmg/vitimizacao. Acesso em: 7/ ago/ 2009.

Introdução

A violência no Brasil – em especial a criminalidade violenta¹ – cresceu muito nos últimos anos. Vários estudos têm comprovado, sistematicamente, que os jovens são as maiores vítimas desse tipo de violência. A falta de políticas públicas focadas nos jovens, o grande número de armas disponíveis e sem controle e a intensificação do tráfico de drogas, principalmente nas periferias das grandes cidades, são fatores que contribuem para o adensamento da vitimização juvenil. Esses ingredientes articulados respondem por altas taxas de letalidade dessa população².

Fernandes (2004) corrobora o argumento de que os jovens estão entre as principais vítimas da violência no Brasil e as taxas de vitimização dessa faixa etária, nas cidades brasileiras, estão entre as mais altas do mundo. O autor ainda acrescenta outro dado: a baixa escolaridade desses jovens.

A violência atinge todas as camadas sociais. Foi o que demonstrou uma pesquisa sobre vitimização feita em 2002 pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG), em Belo Horizonte. A pesquisa apontou que a cidade era a capital brasileira onde as pessoas se sentiam mais inseguras. “A população de BH sofre com a violência objetiva, que chamamos de violência real, e com a violência subjetiva, que chamamos de violência sentida”³.

Segundo Soares (2004), para se compreender a questão da violência faz-se necessário interpretá-la em um contexto, de acordo com o tempo, a história, a política e a cultura local da sociedade.

Várias são as matrizes da criminalidade e suas manifestações variam conforme as regiões do país e

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

dos estados. O Brasil é tão diverso que nenhuma generalização se sustenta. Sua multiplicidade também o torna refratário a soluções uniformes (SOARES, 2004, p. 131).

Silva (2004) traz outro elemento para discussão da violência urbana, o que denomina de “sociabilidade violenta”. Ele acredita que a violência urbana não é simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral.

Trata-se, portanto, de uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações (SILVA, 2004, p. 295).

Na compreensão desse autor, a sociabilidade violenta afeta mais especificamente os moradores das favelas, em virtude da forma urbana típica desses locais,

em geral muito densos e com traçados viários precários, dificultando o acesso das pessoas que não estão familiarizadas com eles e, portanto, favorecendo o controle pelos agentes que lograrem estabelecer-se neles (SILVA, 2004, p.24).

Uma pesquisa divulgada em agosto de 2009 pelo Laboratório de Análise da Violência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em parceria com o Unicef, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a organização não governamental Observatório de Favelas⁴, projeta que o número de mortos na faixa etária entre 14 e 19 anos chegará a 33.504 entre 2006 e 2012, sendo que metade desses crimes acontecerá nas capitais. A chance de um jovem morrer por arma de fogo é três vezes maior, em comparação com outras armas.

⁴Os dados completos podem ser acessados em: www.mj.gov.br/sedh/documentos/idha.pdf. Acesso em: 20 ago. 2009.

De acordo com o levantamento, a média de adolescentes assassinados no Brasil antes de completarem 19 anos é de 2,03 para cada grupo de mil. O número é preocupante, dado que, numa sociedade pouco violenta, essa taxa deveria apresentar valores próximos de zero.

O estudo, feito em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, revela também a disparidade entre as condições de segurança nas diferentes regiões do País. Em 34% dos municípios pesquisados, o IHA – Índice de Homicídios na Adolescência – foi inferior a um adolescente assassinado para cada grupo de mil. Cerca de 20% das cidades obtiveram valores superiores a três jovens mortos a cada mil habitantes. Significa que, em tese, um em cada 500 adolescentes brasileiros será assassinado antes de completar 19 anos.

Tendo como referência o ano de 2006, o município com o pior resultado foi Foz do Iguaçu (PR), onde o IHA era de 9,7. Minas Gerais ocupava o segundo lugar no *ranking*, dado que Governador Valadares tinha um índice de 8,5 adolescentes mortos para cada grupo de mil. Betim, Ibirité, Contagem e Ribeirão das Neves também figuraram entre os 20 municípios com maiores indicadores de mortalidade de adolescentes.

Entre as capitais, Maceió e Recife lideravam o *ranking* de homicídios entre adolescentes, ambas com uma média de 6 jovens mortos para cada mil, mas as taxas de homicídios de adolescentes nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte foram consideradas pelos pesquisadores muito altas.

Por fim, o estudo mostra que a probabilidade de ser vítima de homicídio é quase 12 vezes maior para homens; que a população negra é a que mais sofre com a violência e que o risco de um jovem negro morrer assassinado é 2,6 vezes maior em relação ao de um branco.

Levando-se em conta outros indicadores que apresentam uma concentração de mortes na faixa etária dos 14 aos 29 anos, como as mortes de jovens no trânsito, pode-se concluir que nosso país tem uma dívida social enorme para com os adolescentes e jovens. Somente 26% das mortes dos adolescentes ocorrem por causas naturais. Os outros 74% das mortes derivam de múltiplos fatores – acidentes, brigas banais, ação policial inadequada, envolvimento com o tráfico de drogas, exclusão social (SOUZA, 2009).

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

Alguns pesquisadores, entre eles Soares (2004), Fernandes (2004) e Filho e Souza (2003), defendem que as políticas públicas de enfrentamento da violência, especialmente da criminalidade violenta, devem ser dirigidas à população jovem dos bairros mais pobres, apesar de acreditarem que não há relação direta entre pobreza e criminalidade e que alguns fatores existentes nesses locais contribuem para o aumento da violência, entre eles o desemprego, o tráfico de armas e de drogas e a falta de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, lazer e serviços de apoio às famílias.

Os bairros pobres, por sua vez, cheios de recursos humanos e culturais, ativos no trabalho e no consumo, cada vez mais cientes de seus direitos, são, contudo, carentes de bens públicos e de capital social. Tornam-se conseqüentemente mais vulneráveis ao crescimento de domínios armados paralelos (FERNANDES, 2004, p. 262).

Porém, Arroyo (2004) alerta: antes de condenar os jovens é necessário compreender a sociedade na qual vivemos. O autor ainda acrescenta que as violências praticadas por crianças, adolescentes e jovens nos assustam porque mexem com nosso imaginário.

Não é o locus onde se dá a violência que nos assusta, mas os sujeitos. Esses sujeitos infantis. Ver e conviver com adultos violentos é normal. Pais violentos, companheiros violentos, chefes de governo e de Pentágonos usando a violência preventiva, matando inocentes ou pré-culpados sem julgamento... Tudo de acordo com 'a moral' dos adultos. Porém, crianças violentas onde estiverem, em casa, na rua, nas escolas é assustador e ameaçador. Não porque ameaçam mais do que os adultos, mas porque ameaçam os imaginários sociais, coletivos, pedagógicos e docentes sobre a infância-adolescência (p. 4).

Esse autor considera importante vencer a concepção dualista de anjos e capetas que se tem sobre as crianças,

adolescentes e jovens, pois esse paradoxo impede de enxergá-los como sujeitos reais, com complexas trajetórias existenciais.

Juventudes: breves considerações

Para compreender a juventude é importante analisá-la em um contexto histórico e sociocultural, considerando os aspectos econômicos, as transformações sociodemográficas, a classe social e as características daqueles que não são jovens no campo das interações sociais, ou seja, os fenômenos característicos da sociedade em geral (ARCE, 1999).

Para Eisenstadt (*apud* ABRAMO, 1997), o conceito ternário do ciclo de vida (infância, juventude e fase adulta) é universal. Porém, cada sociedade tem um modo específico de definir essas etapas e lhes conferir significados próprios, que nem sempre resultam na constituição de grupos etários homogêneos. Isso ocorre nas sociedades modernas que são regidas por valores universalistas, nas quais a socialização da família não é suficiente para a integração do indivíduo na sociedade. Nessas sociedades a transição para a vida adulta é dificultada e complicada por vários fatores: divisão do trabalho, especialização econômica, segregação da família e aprofundamento dos valores universalistas.

O conceito de juventude como fenômeno social surgiu no século XX, baseado na sociologia funcionalista, preocupada com as disfunções e falhas no desenvolvimento do indivíduo no processo de socialização. Esse conceito é variável e foi-se processando no desenvolvimento da sociedade ocidental. Juventude entendida como um período de transição entre a infância e a vida adulta, quando ocorrem várias mudanças psicológicas e sociais e se dá também a complementação do desenvolvimento físico.

A condição juvenil foi representada primeiramente pelas classes altas. As expressões juvenis das classes populares não eram reconhecidas como movimentos juvenis. Jovens das classes populares eram denominados delinquentes, desocupados e trabalhadores. Foram as transformações do século

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

XX, tais como crescimento populacional, a urbanização, o crescimento econômico do pós-guerra, a expansão e a decadência da classe média, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a segregação socioespacial que fizeram emergir a juventude da classe média e, posteriormente, a juventude das classes populares dos bairros pobres e das favelas.

A ideia de classe desviante, identificada com os (jovens) pobres, ganhou um novo contorno, passando a ser um problema de toda uma geração (dos jovens pobres e ricos). Aos poucos, a sociedade passa a aceitar com certa normalidade os dilemas de uma juventude crítica, portadora de transformações, capaz de transformar idealismo em realismo e romper com as estruturas sociais vigentes.

Para compreender a juventude do século XXI é necessário desconstruir esse modelo (de juventude) idealizado pelo mundo adulto burguês, forjado a partir do projeto iluminista, servindo-se do discurso evolucionista. Contemporaneamente, as transformações geradas pela experiência com o tempo e com o espaço contribuíram para a emergência de novas formas de se fazer visível e presente, principalmente no campo da cultura.

Para Herschmann (1997), a juventude contemporânea é fruto de uma sociedade que convive com a fragmentação e a pluralidade, reflexo do processo de modernização causado pelo capitalismo globalizado. Esse autor afirma que no Brasil aconteceram nesses últimos tempos várias mudanças culturais, fruto da insatisfação da sociedade com a social-democracia, que não conseguiu cumprir com dois de seus objetivos fundamentais: a efetivação da cidadania e a melhoria das condições de vida da população. A falta de projetos nacionais com propostas capazes de responder aos anseios dos jovens das classes populares levou-os a se limitarem nos seus espaços de invisibilidade, tornando-os, sob o ponto de vista da sociedade, sujeitos de identificação estereotipada e condenatória. Porém, esse contexto social possibilitou o surgimento de um tipo de estrutura que aproxima cidadania, comunicação de massa e consumo. Esse processo de homogeneização/frag-

mentação é resultado da dinâmica cultural contemporânea, desencadeada pelo capitalismo transnacional e pela impossibilidade de realização das utopias modernas. No entanto, isso não significa o fim do social e do político, mas a construção de algo novo em um contexto no qual as diferenças e os processos de homogeneização se encontram em negociação permanente. O *funk* e o *hip-hop* são exemplos dessa fragmentação/pluralidade. Os integrantes desses movimentos ocupam uma posição marginal e ao mesmo tempo central na cultura brasileira e, embora estigmatizados e excluídos, estão em sintonia com a era da globalização. Eles conseguem visibilidade e representação num terreno demarcado, paradoxalmente, pela exclusão e integração, sendo, portanto, espaços de ressignificação dos jovens das periferias e das favelas.

Finalmente, há que se considerar a complexidade de se construir um conceito de juventude que seja capaz de abranger toda a sua heterogeneidade. Nesse sentido, Sposito (2003) e Dayrell (2005) preferem trabalhar com uma noção de juventude na ótica da diversidade, utilizando o termo no plural, ou seja, juventudes.

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona (DAYRELL, 2005, p.34).

As questões da juventude entraram para a agenda social no Brasil enquanto política pública nos últimos anos (CAMARANO e MELLO, 2006) em virtude do temor da explosão demográfica, entre outros fatores. Nota-se que quase 30% da população brasileira está na faixa etária entre 14 e 20 anos de idade. E, nesse contexto,

novas questões foram sendo adicionadas ao debate sobre juventude, tais como: instabilidade e precariedade na inserção para o mercado de trabalho, instabilidade das relações afetivas, violência

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

nas grandes cidades, taxas crescentes prevalentes sobre a mortalidade por doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Aids (CAMARANO e MELLO, 2006, p.13).

Para esses autores, a discussão em torno da juventude ainda é caracterizada por temas negativos, o que levou a uma centralização da crise social nos jovens. Essa concentração, de alguma forma, refletiu-se no final da década de 1990 e início de 2000, quando começaram a surgir os programas voltados para a população jovem, com o envolvimento de várias parcerias da sociedade civil com o Poder Executivo nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), numa tentativa de se criarem políticas públicas para essa população (SPOSITO, 2003).

Programa *Fica Vivo!*: um trabalho articulado em rede

Em 2002, a partir de uma análise detalhada da criminalidade em Belo Horizonte, iniciou-se, sob a coordenação do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (Crisp), uma discussão para a construção de uma metodologia de trabalho visando reduzir os homicídios entre os jovens de 14 a 24 anos das regiões mais violentas de Belo Horizonte. Foi elaborado então o projeto “Controle de Homicídios”, denominado posteriormente *Fica Vivo!*, com ações de prevenção e repressão qualificada, por meio do método de soluções de problemas.

Esse projeto iniciou-se como experiência-piloto, em 2002, no Aglomerado Morro das Pedras, na região oeste de Belo Horizonte, e foi institucionalizado em 2003 pelo governo de Minas Gerais, que o transformou em programa, com o Decreto nº 43.334/03.

O programa tem dois níveis de ação: intervenção estratégica e proteção social. A proteção social prioriza sua atuação na mobilização comunitária, na articulação dos serviços locais e no atendimento aos jovens.⁵

São priorizadas as ações de mobilização e articulação dos grupos de diversas áreas: educação, saúde, esportes, cultura, assistência social, associações e moradores da comunidade,

⁵ As atividades de proteção social são coordenadas por profissionais que trabalham nos Núcleos de Prevenção à Criminalidade—equipamento de base local das comunidades de intervenção do programa.

para que eles contribuam com ações de prevenção à criminalidade de forma mais organizada e sistemática. A proposta é que essas frentes de trabalho possam criar possibilidades para que os jovens construam uma alternativa de vida que não seja pelas vias da violência. O trabalho de mobilização comunitária tem como diretriz a busca de soluções coletivas para os problemas juvenis, a partir da interação entre agentes diversos, numa estrutura de rede que possibilita a potencialização de recursos, equipamentos e iniciativas sociais.

O principal objetivo do programa é dialogar com os jovens envolvidos com a criminalidade e, por meio do diálogo, construir ações passíveis de inclusão nas instituições responsáveis pela execução de políticas públicas que lhes são de direito, como educação, saúde, inclusão produtiva, lazer, esporte etc.

Propicia-se aos jovens a oferta de atividades culturais e esportivas, com a ação mais expressiva dentre elas desenvolvendo-se nas oficinas. Além do trabalho com os jovens, são propostas a articulação comunitária e a criação de redes locais de proteção social (escolas, postos de saúde e demais projetos). Para obter os resultados, o programa realiza reuniões e debates com a comunidade local para discutir os problemas enfrentados pelos jovens na conquista de seus direitos e divulgar as ações positivas dos jovens, principalmente as ligadas à produção cultural (geralmente vista pelas comunidades locais e pela sociedade em geral como sem valor – uma cultura subalterna que não merece reconhecimento).

Breve estudo de caso: como a escola lida com a violência?

Durante a implantação do programa, os profissionais dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade (do *Fica Vivo!*) procuram conhecer e dialogar com os jovens, com a comunidade e com as instituições, construindo um diagnóstico da dinâmica da violência local. Verificam, também, como essas instituições lidam com a questão da violência e com os jovens infratores.

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

Após esse diagnóstico inicial, as instituições e os líderes comunitários são convidados para participar do curso de “Gestores Locais de Segurança”, que é um importante instrumento de diálogo com as instituições e a comunidade. Essa capacitação tem como objetivo discutir a nova concepção de segurança pública, visando reconhecer a segurança como um direito de todos, ou seja, como responsabilidade do Estado e de toda a sociedade, e não somente como “caso de polícia”; e entender as questões de violência na sua amplitude e complexidade, para que se possa problematizar a criminalidade local e, por meio dessas discussões, sensibilizar a comunidade e os representantes das instituições locais para que participem das ações do programa. No final do curso é construído o “Plano Local de Segurança”, contendo as ações conjuntas da comunidade, instituições parceiras e profissionais dos núcleos de prevenção.

Um dos objetivos do programa *Fica Vivo!* é incluir os jovens envolvidos com a criminalidade nas políticas públicas locais. Especificamente com as escolas, a proposta é de sensibilização para que essas instituições públicas acolham os jovens que se encontram excluídos do sistema de ensino, na sua maioria porque se envolveram com algum problema de indisciplina e/ou violência.

Apresentaremos, sinteticamente, uma análise do trabalho de intervenção em uma escola que está localizada numa área onde funciona o Núcleo de Prevenção à Criminalidade, da região do bairro Ribeiro de Abreu, em Belo Horizonte.

Para trabalhar em parceria com as escolas, os profissionais do programa lançam mão das teorias de Bernard Charlot sobre a violência na escola, porque, além de trabalhar conceitos fundamentais, o autor delinea como o problema pode ser enfrentado.

Charlot (2005) distingue as várias formas de manifestação da violência no ambiente escolar.⁶ Assim, o termo “violência na escola” se refere às violências que acontecem dentro da instituição escolar, mas não estão ligadas às suas atividades. São exemplos dessa violência os roubos, invasões

⁶ O autor considera importante distinguir violência, transgressão e incivilidade no ambiente escolar. Assim o termo violência é utilizado para ações contra a lei, como o uso da força ou ameaça de sua utilização. Por exemplo, o tráfico de drogas, as lesões, o vandalismo, a extorsão e os insultos graves. A transgressão é o comportamento contrário ao regulamento interno da instituição escolar, como o absenteísmo, a não realização de trabalhos escolares, a falta de respeito. As incivildades são ações contrárias às regras de boa convivência, desordens, grosserias, empurrões, ofensas (CHARLOT, 2005).

e acertos de contas por grupos rivais. Nesse caso a escola é apenas um local onde a violência ocorre. A “violência à escola” é a violência ligada à natureza e às atividades da instituição educacional. Ela acontece quando os alunos provocam incêndios e agredem os professores, por exemplo, ou seja, a violência contra a instituição ou o que ela representa. Por fim, há que se considerar ainda a “violência da escola”, ou seja, a violência institucional simbólica. Como a instituição escolar define, por exemplo, os modos de composição das classes, as formas discricionárias de atribuição de notas, etc.

Para esse autor, a escola possui grande margem de ação frente às violências da e à escola. Porém, se a escola tem poucos recursos para solucionar os problemas de violência que não estão ligados às atividades da instituição, ou seja, se a violência vem de fora, ela deve buscar auxílio de outras agências.

Tendo como fulcro essas distinções, retomemos o caso em análise: apesar do convite a todas as instituições escolares para participar do curso de gestores, representantes de uma escola da região não participaram de nenhum dos encontros. Coincidentemente, essa instituição foi muito citada pela comunidade e pelos jovens, por se tratar de uma escola com vários relatos de violência. Isso exigiu da equipe do Núcleo de Prevenção à Criminalidade local uma estratégia para incluir a escola nas discussões e ações de prevenção da violência.

Foram feitas várias reuniões com os jovens, professores, comunidade e direção da instituição, com o objetivo de entender o problema da violência na escola e elaborar estratégias de ações conjuntas que pudessem ser executadas pelos profissionais da educação, comunidade, parceiros e pelos técnicos responsáveis pelas ações do programa na região.

Pais e alunos relataram que a escola “era um caos”. Citaram alguns casos de desordem, tais como a falta de luz, de merenda, de água, de professores, de material didático, além de constantes atos de desrespeito entre alunos e professores, porte de armas e drogas pelos alunos, roubos, assaltos e até a explosão de uma bomba no interior da instituição.

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

Os alunos comentaram que os professores davam aulas somente “no dia que eles deixavam”.

Os professores não têm autoridade, porque quem manda na escola são alguns alunos que manipulam os colegas e os professores. O professor faz de conta que está tudo bem e toca o barco. Os professores sabem que eles são traficantes e preferem não criar nenhum tipo de atrito com eles (Depoimento de alunos).

De posse das opiniões dos pais e dos alunos, os técnicos do programa *Fica Vivo!*, promoveram reuniões com os profissionais da escola para ouvir a versão de todos os envolvidos e elaborar um plano de ação.

Os profissionais da escola relataram que a instituição era “boa”, mas, depois de algumas invasões⁷ que aconteceram na região próxima à escola, os professores “perderam o controle”.

Os professores contaram muitos casos de violência dentro e fora da escola, principalmente nos períodos da manhã e da tarde, quando funciona o ensino fundamental, tais como alunos que usam e traficam drogas e também usam armas de fogo (dentro da escola). Falou-se de alunos que estão “marcados” para morrer, que roubam e matam, e continuam indo para a escola sem sofrer nenhuma punição. Essas informações são “divulgadas” dentro da escola com certo receio e cheias de mistérios, pois as informações precisas ninguém as tem. Isso traz insegurança ainda maior para os profissionais da educação, que se sentem impotentes diante dos problemas enfrentados.

Ainda segundo o relato dos profissionais da educação, os alunos dos programas sociais “só vão à escola porque são obrigados”.

Alguns são usuários de drogas e estão envolvidos com o tráfico; também alguns pais espancam seus filhos e os jogam dentro da escola, porque precisam da frequência dos filhos à escola para continuar recebendo auxílio dos programas sociais (Depoimento de professores).

⁷ As invasões a que se referem os professores aconteceram em uma área bem próxima à escola, por famílias pobres.

Em alguns casos a escola chama os pais, a polícia ou o Conselho Tutelar. Mas, segundo os educadores, essas agências “não sabem o que fazer com os adolescentes violentos, principalmente os usuários de drogas e os que são violentados pela família”.

⁸ Pesquisa realizada pelo Crisp/UFMG entre 2003 e 2004, em Belo Horizonte, sobre a violência nas escolas, constatou que um dos principais fatores que motivam a violência nos estabelecimentos escolares “refere-se às características dos locais onde as escolas se encontram. Observou-se que as regiões que apresentam sinais de desordem, bem como a presença de agentes que a produzem estão associadas à percepção que os alunos constroem acerca dos níveis de segurança, do mesmo modo como ocorre na sociedade como um todo. Nesse sentido, se a escola pouco pode fazer no que se refere às características de sua vizinhança, é possível sua aproximação com as comunidades, o que irá preservá-las de eventos violentos. Sabe-se que o sentimento de pertencimento a instituições, assim como

Para os professores, as causas dos problemas na escola eram: a carência das famílias, a “desestruturação familiar” e a violência local. No turno da manhã, segundo o relato dos educadores, havia alguns casos de alunos usando tiner. Esses alunos na maioria das vezes tornam-se muito agressivos e ficam sem condições de assistir às aulas.

A escola não contava com o apoio das famílias. A providência que a escola tomava, quando havia casos de violência, era chamar a mãe que, muitas vezes, também estava alcoolizada ou drogada. A polícia era acionada, mas também não resolvia o problema, e o Conselho Tutelar, quando comunicado, não comparecia.

Os educadores citaram a escola como ponto de encontro dos jovens, “que fazem o que querem lá dentro, mas a escola não pode fazer nada, porque os alunos têm direitos e não podem ser expulsos”.

Analisando a violência escolar

Considerando o resultado de pesquisas sobre violência nas escolas, como a realizada pelo Crisp/UFMG entre 2003 e 2004⁸, pode-se perceber, pelas características dos locais onde as mais diferentes escolas – públicas ou privadas – se encontram, que sinais físicos ou sociais de desordem, bem como a presença de agentes que produzem desordem, estão associadas à frequência de depredação e de outros eventos de vitimização. Portanto, a violência está muito mais relacionada à desorganização social do que às desvantagens econômicas.

Outro ponto de destaque na referida pesquisa são as considerações acerca da pertinência de relações de parceria entre escolas e comunidades, independentemente de se tratar de escolas públicas ou privadas. Nesse contexto, disponibilizar

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

as escolas para que membros da comunidade (externa) possam se associar politicamente ou usar seu espaço para eventos de lazer pode trazer bons resultados, mesmo nas áreas com presença mais intensa de sinais de desordem.

Não são exclusivamente os eventos violentos que afetam a percepção da violência pelos alunos. As percepções da violência prejudicam o comportamento de todas as pessoas. Nesse sentido, essa percepção pode ser afetada quando o cidadão toma conhecimento de um evento de criminalidade ou quando é vítima dele, ou seja, não é apenas o crime, mas também o medo que influencia os comportamentos, atitudes e tomadas de decisões. Desse modo, quando a pesquisa aponta que quase 90% dos alunos (de escolas públicas e/ou privadas) viram ou ouviram falar de desentendimentos ou xingamentos nas escolas e quase 70% viram ou ouviram falar de arruaças nas escolas, não foram contabilizados os eventos em si, mas o percentual de indivíduos que tomaram conhecimento desses eventos.

No caso da escola em análise, os professores relataram que a deterioração do ensino começou após os atos de violência dentro da instituição. Eles relacionam esse fenômeno à entrada de alguns alunos de famílias que passaram a residir em uma área invadida, próxima à escola. Percebe-se, nessas considerações, uma dificuldade dos profissionais da instituição em enxergar os novos alunos (que passaram a residir naquele espaço) como sujeitos de direitos e, portanto, um público a ser atendido pelas políticas sociais locais, inclusive a educação.

Uma análise mais apurada leva-nos a crer que não foram os alunos pobres que passaram a morar na comunidade os responsáveis pelo aumento da violência escolar, como acreditavam os professores. À época, como indicam as pesquisas anteriormente citadas, havia um adensamento da criminalidade violenta em várias áreas, incluindo o local em que se encontra essa escola. Citando Schilling (2004), “a violência quebra os discursos que estavam prontos, arranjados, arrumados”, ou seja, a violência instaura um

o sentimento de que determinada instituição participa da composição de uma comunidade leva a um maior vínculo entre elas. Disponibilizar as escolas para que membros da comunidade externa possam se associar politicamente, ou usar seu espaço para eventos de lazer pode trazer bons resultados, mesmo nas áreas com presença mais intensa de sinais de desordem. Outro ponto positivo é a participação efetiva de pais e alunos em atividades extracurriculares, assunto exaustivamente levantado pelos diretores de instituições de ensino” (Fonte: Violência, medo e desempenho escolar, Boletim Informativo do Crisp, ano 3, número 6, setembro 2004. Disponível em <http://www.crisp.ufmg.br/informativo-06.pdf> acessado em 29/jun/2007).

questionamento sobre as nossas certezas. Introduz o caos onde tudo parecia regido pela “normalidade”, exigindo de todos a criação de uma nova ordem capaz de lidar com essas novas linguagens.

Quando se analisam as escolas com altos índices de violência, verifica-se uma situação de forte tensão. Os incidentes são produzidos nesse fundo de tensão social e escolar no qual um pequeno conflito pode provocar uma explosão. As fontes de tensão podem estar ligadas ao estado da sociedade e do bairro, mas dependem também da articulação da escola com esse público e suas práticas de ensino (CHARLOT, 2005).

Segundo Velho (2000), as mudanças ocorridas com a globalização afetaram os códigos de valores, principalmente as expectativas de reciprocidade, com a difusão dos valores ligados ao individualismo e à impessoalidade. Esses “novos” valores convivem hoje com os velhos códigos, baseados na hierarquia e no clientelismo que a sociedade moderna não conseguiu extinguir. Mas com um agravante: em relação às crianças, aos adolescentes e aos jovens brasileiros pobres, não temos as garantias de vários direitos sociais – fator primordial numa sociedade democrática. Em qualquer cultura e/ou sistema social é necessário que haja uma noção compartilhada de justiça. Justiça entendida como um conjunto de crenças e valores que dizem respeito ao bem-estar individual e social. Sem o estabelecimento mínimo desses valores, corre-se o risco da anomização da vida social.

Chamou-nos a atenção o fato de o ensino fundamental ser citado como o período que apresenta os maiores problemas de violência. Segundo pesquisa do Observatório de Favelas,⁹ a maioria dos adolescentes (57,4%) ingressaram na atividade do tráfico entre os 13 e os 15 anos e, em alguns casos (7,8%), a entrada ocorre antes dos 12 anos, ou seja, em plena infância. Portanto é justamente nessa faixa de idade que os alunos apresentam mais dificuldades para se incluírem no ambiente escolar. É época de conflito entre as atividades do tráfico e as atividades da escola. É bem provável que após esse período muitos deles optem pelo trabalho no tráfico e deixem a escola.

⁹ Pesquisa “Trajetória de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006”. Disponível em: www.observatorio-defavelas.org.br. Acessado em: 20/ago/2009.

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

Observa-se nos relatos dos profissionais da educação que não existe uma interlocução da escola com outros órgãos que trabalham com crianças e adolescentes. Os professores dizem também que não se qualificaram para trabalhar com “esses adolescentes” que dão muito trabalho na escola. Nesse sentido, Arroyo (2000) afirma que o conhecimento para lidar com problemas de convivência com os jovens não é adquirido nas faculdades. É aprendido no dia a dia, com a infância e a adolescência que trabalhamos. Os educadores das escolas têm muito a aprender com a pluralidade de ações pedagógicas dos projetos sociais:

Esses profissionais aprenderam no convívio com a infância negada e roubada... Foram reeducados pela infância com que convivem. Não por compaixão para a sua barbárie e miséria, mas porque vão descobrindo as outras imagens de resistências múltiplas, de valores e de tentativas. Resistências feitas de brotos de humanismo onde o olhar atento vê processos formadores. Resistências dos excluídos que podem fazer retomar brotos de humanismo nos seus educadores (p. 251).

As dificuldades apresentadas (pela escola em análise) parecem reflexos de uma relação alienada, burocratizada e hierarquizada, na qual os profissionais constroem um círculo vicioso autojustificado, colocando-se como vítimas desse sistema que não funciona, ficando difícil a redefinição de responsabilidades – que é um trabalho de ação coletiva, de espírito de equipe.

Trata-se, muitas vezes, de uma relação cômoda que se manifesta nas queixas de vitimização. Vale lembrar Paulo Freire, para quem o ato de educar exige do educador, além do comprometimento, a convicção de que a mudança é possível e a compreensão de que a educação em si já é uma forma de intervenção no mundo.

Trabalhando de forma isolada a escola não encontrará soluções possíveis e ainda correrá o risco de entrar num círculo vicioso de perpetuação da lógica criminológica instaurada, que

poderá transformá-la em vítima dessa criminalidade violenta. Os problemas da violência são complexos e nenhuma instituição sozinha dará conta deles, sendo necessário um trabalho em rede, em que cada instituição dará a sua contribuição.

Os profissionais da educação, ao entenderem que a família e a escola são as instituições mais importantes, senão únicas capazes de educar as crianças e os adolescentes, acreditam que, quando a família não “cumpre sua função” – que é de formação de caráter e normas disciplinares –, a escola, possivelmente, não conseguirá também exercer o seu papel, porque a educação oferecida pela instituição de ensino e pela família são complementares.

Sentindo-se impotentes frente à violência no âmbito escolar, a única instituição que os professores reconhecem como capaz de ajudá-los nessa tarefa é a polícia, que é chamada na escola quotidianamente para resolver desde problemas como o tráfico de drogas até os mais banais, como desaparecimento de objetos ou brigas entre alunos. E mesmo reconhecendo que a intervenção da polícia é, rotineiramente, repressiva e pontual e que algumas vezes pode piorar a situação, criando constrangimentos (como os casos envolvendo crianças que são detidas, à revelia da lei), a escola continua utilizando as mesmas estratégias para solução dos casos, culpando inclusive as leis que são feitas “para proteger esses jovens violentos”.

Percebemos que o trabalho da escola em análise é centrado na repressão, faltando aos profissionais da educação uma visão ampliada dos problemas e a capacidade de entendimento da função e dos limites de cada instituição e, principalmente, a compreensão da socialização do sujeito na sociedade contemporânea.

Segundo Setton (2005), as instituições que, de acordo com a sociologia clássica, seriam as responsáveis primárias pela socialização do sujeito (que era feita por meio da reprodução da ordem), não têm hoje os mecanismos de controle, pois o indivíduo contemporâneo tem uma grande capacidade de reflexividade e maior possibilidade de transformação das normas.

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

O fracasso escolar, na visão de muitos educadores, está na origem social da família do aluno, na posição social que essa família ocupa na sociedade e da sua privação sociocultural. Dessa forma, os profissionais da educação transferem para as famílias a responsabilidade pelo fracasso dos alunos na escola.

Os professores também citam várias deficiências geradas pela própria instituição escolar: “falta de investimento, de material, de profissionais, de condições dignas de trabalho”. A conclusão, sob essa ótica, é que os alunos e os professores são vítimas de um sistema que reproduz a desigualdade social e, sendo assim, não se pode fazer nada.

Os professores ponderam, ainda, com certa desilusão e descrença, sobre propostas de mudança. Referem-se, geralmente, à instituição escolar e ao sistema de ensino como se eles próprios não fizessem parte dos mesmos. Não se veem na escola, que não é democrática, muito menos como pertencente ao Estado, que julgam autoritário.

Para Charlot (2000),

os docentes aderem a uma teoria da reprodução que põe em causa a instituição escolar, denunciada como não igualitária e reprodutora. Para eles, o que é questionado é a má instituição, cujas vítimas são as crianças, suas famílias e os próprios docentes; a instituição de uma má sociedade. Os docentes se dessolidarizam de semelhante instituição, em nome de uma imagem da boa instituição: a escola libertadora ou a escola do povo (p. 29).

Finalmente, Arroyo (2000) aponta que a escola não dará conta de reverter sozinha o processo de “desumanização dos jovens”; porém, ela não poderá continuar a ser um espaço que legitima e reforça essa desumanização. É necessário um reordenamento escolar que considere os tempos e as vivências dos educandos. As formas de organização das escolas com uma estrutura seriada e a rigidez dos conteúdos reforçam a desumanização a que são submetidos os adolescentes e jovens, principalmente das periferias. As condições de vida de muitos

jovens, tais como a rua, a moradia, o trabalho forçado, a violência, a fome, são questões muito pesadas para sujeitos ainda em desenvolvimento.

Buscando saídas: interações possíveis entre os profissionais da educação e da segurança pública

Frente aos desafios apresentados pela comunidade escolar nos vários núcleos onde se articula o *Fica Vivo!*, os técnicos do programa procuraram desenvolver um trabalho coletivo, centrado na responsabilidade da instituição (escolar) e da comunidade local. A ideia do trabalho em rede é possibilitar a implicação dos sujeitos que residem nesses espaços.

Num cenário de corresponsabilidade, envolvendo a comunidade, os profissionais do programa *Fica Vivo!* e outros atores sociais, os educadores devem assumir a educação como um direito de todos, acolhendo os alunos e suas famílias e incentivando-os a participar ativamente dos trabalhos desenvolvidos pela escola. Devem também trabalhar com outras questões que extrapolam o ensinar e o aprender. Uma dessas questões relaciona-se à violência, que necessita com urgência entrar na pauta de discussões dos educadores, para que eles possam construir um outro olhar sobre ela, que não seja simplesmente de criminalização de seus agentes. Deve-se analisar a violência como algo complexo, e não apenas como um ato isolado, procurando descriminalizar os conflitos e trabalhá-los pedagogicamente.

Pode-se verificar (com o desenvolvimento desse trabalho nas escolas) que a instituição de ensino é um ponto importante de encontro dos jovens, onde eles conversam, namoram, disputam espaços, traficam e usam drogas, porque esse é o único espaço público disponível para os jovens de muitas comunidades. Portanto, afastar os jovens da escola agrava ainda mais o quadro de violência.

As atividades desenvolvidas pelos técnicos do *Fica Vivo!* com as escolas, ainda que incipientes, têm possibilitado aos professores sair do pessimismo e do imobilismo. Pode-se perceber que os profissionais da educação estão mais abertos

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

para (re)conhecer melhor seus alunos e os trabalhos das outras instituições, o que possibilita uma conscientização sobre os outros espaços importantes de socialização dos alunos e de apoio às suas famílias. Há mais integração das ações da escola com outros projetos e programas, tais como o Bolsa Família, o Liberdade Assistida, o programa de Prestação de Serviços à Comunidade¹⁰, e com o Conselho Tutelar.

Conclusão

O caso da escola analisada neste artigo mostra que existem muitas dificuldades a serem enfrentadas pelos educadores em relação ao aumento da violência urbana, especificamente em relação à violência juvenil. Não obstante, soluções possíveis e factíveis têm sido apresentadas para o enfrentamento do problema.

Tanto a política educacional como as ações de segurança pública, principalmente voltadas para a prevenção à criminalidade juvenil, não devem ratificar o preconceito que rotula os jovens como um problema, pois, se eles são os principais autores da violência, são também as principais vítimas. Os jovens das periferias violentas das grandes cidades brasileiras enfrentam muitos desafios que os impedem de exercer sua cidadania. Portanto, a função das políticas públicas, incluindo a escola pública, é auxiliá-los para que eles possam vencer os obstáculos e usufruir plenamente dos seus direitos de cidadãos.

Os bons resultados de programas de prevenção à criminalidade como o *Fica Vivo!* devem-se à aposta na construção de projetos nos quais os jovens são sujeitos capazes de repensar sua trajetória de vida e refazê-la. E para tanto é preciso que os profissionais envolvidos nas políticas públicas (de educação, de saúde ou de segurança) acreditem no potencial de transformação dos jovens e tenham capacidade criativa para a reinvenção, muita coragem para ouvi-los, compreendê-los e auxiliá-los na sua caminhada, para que eles construam o seu próprio caminho.

É necessário vencer as diferenças de geração; articular os programas e as políticas públicas focados nos adolescentes

¹⁰ São programas de medidas socioeducativas em meio aberto que atendem adolescentes autores de atos infracionais "leves". Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, essas medidas são aplicadas pelo Juizado da Infância e Juventude e devem ser executadas pelos governos municipais.

e jovens, com o objetivo de ouvir esses sujeitos, entender suas angústias e transformar suas reivindicações em demandas legítimas. Entender a juventude em um contexto mundial globalizado, numa sociedade de massa (ABAD, 2003). Dar conta de que essa nova ordenação de mundo supõe novos contratos sociais mais flexíveis e baseados na negociação, e não mais na imposição de normas ditadas pelos adultos.

Esse reconhecimento dos jovens deve empurrar a resistência de um autoritarismo patriarcal, de gerações e de classe, que, mediante o uso da violência repressiva, pretendeu negar e eliminar os conflitos produzidos pelas desigualdades e diferença, em lugar de seu reconhecimento e negociação racional. (ABAD, 2003, p. 21).

A reflexão de que é possível construir outro olhar sobre os jovens e o reconhecimento da importância de dialogar com outras instituições para dividir as angústias e as responsabilidades, tendo a consciência das funções e dos limites das instituições, possibilitam a construção de um trabalho conjunto para garantir maior proteção às crianças, aos adolescentes e aos jovens.

Por fim, um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea –, em 2007, deixa claro que a educação formal parece ter um efeito redutor muito forte sobre a taxa de homicídio e que isso possivelmente se deve ao papel socializador da escola.

[Há] uma evidência substantiva a favor de manter as crianças na escola, mesmo se a aprendizagem de conteúdos ficar abaixo das expectativas, já reduzidas, da sociedade. Há um discurso recorrente contra políticas educacionais que visam à permanência, tais como ciclos educacionais, e até a sua versão mais radical: a progressão continuada. (...) há evidências de que, mesmo que uma criança de baixo status socioeconômico frequentando uma escola com professores mal pagos e mal formados não esteja aprendendo português ou matemática a contento,

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

ela está aprendendo um modo de socialização que eventualmente poderá salvar-lhe a vida. E mais: é possível que, ao ensinar esta criança a como lidar com o conflito de modo não letal, a escola esteja também salvando a vida de terceiros. A conclusão inexorável é que a política educacional deve fazer tudo ao seu alcance para manter a criança na escola, mesmo que a aprendizagem de conteúdos acadêmicos seja alguém do desejado. Nesse sentido, políticas de progressão continuada devem ser incentivadas ao máximo, uma vez que há uma relação conhecida entre ser reprovado e evadir do processo educacional. (SOARES, 2007, p. 28-29).

Nesse sentido, é possível a articulação de políticas públicas em prol da cidadania e de uma cultura da paz e da não violência envolvendo, entre outros, profissionais da educação e da segurança pública.

Referências bibliográficas

ABAD, Miguel. (2003). *Crítica política das políticas públicas de juventude*. In: FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). *Políticas públicas juventude em pauta*. São Paulo, Cortez Editora, set. 2003.

ABRAMO, H. W. (1997), “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*, nº 5-6: p. 25-36.

ABRAMOVAY, Miriam. (2002). *Violência nas escolas*. Brasil: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Unaid, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, Consed, Undime.

AQUINO, Júlio Groppa (org.) (1996). *Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, Summus.

ARCE, José Manuel V. (1999). *Vida de barro duro – Cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro, UFRJ.

ARROYO, Miguel G. (2005) *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

ARROYO, Miguel G. (2005) *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes.

ARROYO, Miguel G (2004). *Violência nas escolas: uma disputa entre imaginários de infância e de docência*. Trabalho apresentado no Congresso Ibero-americano sobre violência nas escolas, promovido pela Unesco, Brasília. Mimeo.

CAMARANO, Ana Amélia e MELLO Juliana Leitão. *Transições negadas para a vida adulta*. 2006. Disponível em: www.centrodametropole.org.br/pdf/2007/nadya_01.pdf. Acesso em: 20 ago. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA DA UFMG. (2004) *Violência, medo e desempenho Escolar*. Boletim Informativo do Crisp, ano 3, número 6, set. 2004.

CHARLOT, Bernard. (2005). *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. In: CHARLOT, Bernard. *Relação com o Saber, Formação dos Professores e Globalização – questões para a educação hoje*. Porto Alegre, Artmed.

CHARLOT, Bernard (2000). *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre, Artmed.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005, v. 1, 303 p.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César (2005). *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. Mimeo.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8069/90. Disponível em: www.senado.gov.br.

FERNANDES, C. R. (2004) *Segurança para viver: propostas para uma política de redução da violência entre os adolescentes e jovens*. In: NOVAIS, Regina e Vannuchi. Paulo. (Orgs.) *Juventude e sociedade*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA

FILHO, Cláudio Chaves Beato; SOUZA, Robson Sávio Reis. (2003) *Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte*. Cadernos Adenauer. Ano IV. n° 3: Segurança Cidadã e Polícia na Democracia. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, out. 2003.

HERSCHMANN, Micael. (1997), *Abalando os anos 90*. Rio de Janeiro, Rocco.

LARA, Isabela. *Considerações sobre o tempo em que vivemos*, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Disponível em: www.unb.br.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei 9394/96. Disponível em: www.senado.gov.br.

PERALVA, A. *O Jovem como Modelo Cultural*. Revista Brasileira de Educação, mai./dez. 1997, n° 5 e 6.

SCHILLING, Flávia. (2004). *A sociedade da insegurança e a violência na escola*. São Paulo, Editora Moderna.

SETTON, M. das Graças Jacinto. (2005). *A particularidade do processo de socialização contemporâneo*. Tempo Social, v.17, n° 2, nov. 2005.

SILVA, Luiz Antônio Machado. (2004) *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea*. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (Org.) *Metrópolis: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Perseu Abramo/ Fase.

SOARES, Luiz Eduardo. (2004). *Juventude e violência no Brasil contemporâneo*. In: NOVAIS, Regina e Vannuchi. Paulo. *Juventude e sociedade* (Orgs.). São Paulo, Editora. Fundação Perseu Abramo.

SOARES, Sergei Suarez Dillon (2007). *Educação: um escudo contra o homicídio*. Ipea, 2007. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: agosto/2009.

SOUZA, Ângela Maria D. N. (2007). *O papel dos oficinairos do programa Fica Vivo!* Monografia apresentada no Curso de Especialização em Juventude, do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas (mimeo).

SOUZA, Robson Sávio Reis (2005) *Religião e Criminalidade: da cultura da morte à cultura da paz e do perdão*. Revista Horizonte, Belo Horizonte, v. 3, n° 6, p. 97-120, 1° sem. 2005.

SOUZA, Robson Sávio Reis (2009). *Uma pandemia mortal*. Jornal O Tempo, Belo Horizonte, 29/8/2009, 1° caderno, página 19.

SPOSITO, M. P. CARRANO, Paulo Cesar. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf.

VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos. (Orgs). (2000). *Cidadania e Violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.